



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 11 DE MAIO DE 1995

Senhor Governador Mário Covas, de São Paulo; Senhor Governador Antônio Britto, do Rio Grande do Sul; Ministra Dorothea Werneck; Senhor representante dos calçadistas; Senhores calçadistas; Senhoras Deputadas; Senhores Deputados; Senhores Senadores; Senhora Senadora; Senhoras e Senhores,

Ouvi com a atenção devida a exposição do representante dos calçadistas e eu já estava informado, naturalmente, sobre as questões, pois tanto os Governadores aqui presentes como a Ministra Dorothea Werneck me têm feito saber, a cada instante, das dificuldades e também das soluções para esses problemas. Mas sempre é bom ouvir de viva voz o representante dos calçadistas, dada a importância desse setor na vida de muitos dos nossos estados – a começar do meu estado, a começar da região de Franca. Mas eu conheço também a região do Vale dos Sinos. Em outra oportunidade, quando eu era senador, estive lá: numa das crises habituais, havia um problema de defasagem de câmbio, e tive que interferir para ver se se conseguia corrigir um pouco a situação naquele momento.

Não tive, ainda, o prazer de conhecer Nova Serrana, mas espero que um dia possa conhecer.

De modo que não é nenhuma região produtora alheia ao meu conhecimento direto e ao meu interesse pelo setor, que é natural, dada a sua importância. Ainda mais agora, com as responsabilidades de Presidente da República, tenho que estar atento a esses problemas.

O representante disse com muita propriedade – e eu gravei o trecho em que ele se refere a isso – “que o rumo está certo e que nós temos é que corrigir, aqui e acolá, algum problema”. E isso é verdadeiro. O rumo está certo e o rumo é de aumentar a competitividade, é de manter a nossa moeda em condições de permitir que haja equilíbrio nos preços internos, porque a inflação é o pior dos males. Com ela não se consegue, de forma alguma, nem sequer divisar um horizonte que permita que medidas pontuais levem à correção daquelas dificuldades momentâneas.

Portanto, nós vamos prosseguir nesse rumo, e esse rumo implica, naturalmente, a abertura da economia, como todos sabem, uma capacidade mais agressiva de nossa parte no que diz respeito às exportações. Mas é claro que nós temos, também, que atender aos ajustes necessários.

Então, nesse sentido, eu me apressei nas conversas que mantive com os governadores, com o ministério e com os representantes dos setores econômicos do ministério já aqui mencionados – Ministra Dorothea, Ministro Malan, Ministro Serra –, a ver se encontrávamos algum caminho.

Eu já tinha determinado ao BNDES que utilizasse uma linha emergencial de financiamento, iniciando no Vale dos Sinos, para sustentar algumas situações que eram verdadeiramente de urgência. E isso vai prosseguir nessa mesma linha.

Além disso, assinei hoje a regulamentação do acordo de salvaguardas, que é um instrumento muito importante. Muito importante porque vai permitir que, efetivamente, nós nos defendamos da chamada “concorrência desleal”.

Isso é uma velha luta. Desde o Ministério da Fazenda tínhamos dificuldades em ter um instrumento mais ágil para atuarmos. Os outros países que estão, também, competindo dispõem desse instrumento. E eu, desde o tempo em que fui chanceler, tive que me haver com as

autoridades americanas, especialmente com o representante do comércio americano, do USTR, que a todo instante ajusta tarifas, enfim, para defender os interesses normais dos Estados Unidos.

Nós também precisaremos, de agora por diante, ter um instrumento que nos permitirá, com mais velocidade, ajustar os nossos interesses quando ocorram casos de concorrência desleal. Daqui por diante isso é possível.

Bem, também hoje assinamos um outro decreto, de tal maneira que os Ministros de Indústria, Comércio e Turismo e o da Fazenda poderão, após o processo de investigação conduzido pela Secretaria de Comércio Exterior, adotar medidas de contingenciamento e de regularização de fluxo.

Hoje, o Governo Federal está aparelhado para atender emergencialmente às situações. Repito: isso tudo no contexto de uma economia que vai se abrir, que está se abrindo, que vai competir. Não se trata de um estado: é um momento. Não se trata de medidas que possam, então, descansar-nos quanto aos desafios da competição. Não, ao contrário. Mas, num dado momento, nós temos instrumentos para defesa, tanto no que diz respeito à invasão de produtos com preço de *dumping*, quanto no que diz respeito à necessidade de regularizar fluxos, havendo o caso. Então, são coisas importantes.

Além disso, a Ministra Dorothea, agora, no próximo dia 16 de maio, tem uma reunião com a Câmara Setorial, onde as questões relativas à contrapartida vão ser colocadas, isto é, que esforço vamos fazer para ajustar o nosso setor produtivo à situação presente, do mundo de hoje; que tipo de produto, que tecnologia vamos adotar, como vamos melhorar a nossa produtividade, talvez agregar mais valor aos nossos produtos, enfim, medidas bastante concretas, que implicam, naturalmente, uma certa contrapartida de esforço de investimento e de reorientação.

Enquanto isso ocorre, nós decidimos também elevar, numa faixa de 47% a 63%, as tarifas de importação, para que possamos permitir que haja esse ajuste com uma certa tranquilidade por parte dos nossos setores. Isso dentro dos acordos que nós temos com a antiga Conferência Mundial de Comércio, de modo que não vamos ferir nenhuma das

normas que lá estão. As tarifas: aqui temos uma margem de variação em função disso e em função também dos compromissos com o Mercosul. Mas, para alguns itens, temos já possibilidade de uma defesa imediata, para que, então, tenhamos aquilo que todos almejamos, que é tempo para aumentar a produtividade, para aumentar a produção e tudo o mais.

Quero acrescentar um outro dado: estamos tomando essas medidas, mas com muita responsabilidade e consciência, porque temos condições, hoje, no Brasil, de garantir que isso não vai implicar aumento de preço, que não se trata de provocar a subida do custo de vida da população. Nós, hoje, dispomos de instrumentos e estamos convencidos de que tudo isso, dada a nossa capacidade de atuação, permitirá a manutenção daquilo que é o objetivo número um, mesmo, que é o controle da inflação. Por isso que às vezes demora um pouco a tomada de decisões: porque temos que ver um conjunto amplo de variáveis que atuam nesse processo. Mas é obsessão deste Governo manter a inflação baixa e o nível de emprego elevado. E não permitir nunca que esse processo de manutenção da inflação sob controle seja feito às custas do trabalhador, pelo desemprego e pela diminuição do valor do salário.

Então, esse é o nosso compromisso, que nós temos, naturalmente, com muita dificuldade, levado adiante, mas para o qual temos tido apoio – acabamos de ouvir as palavras, novamente, de apoio, reiterado aqui. Devo dizer também que o Congresso tem tido uma atitude bastante ativa no apoio às medidas necessárias para a transformação do Brasil.

Este é o momento de nos darmos as mãos, e sempre que nós encontramos, como encontramos agora aqui, a cooperação dos governadores, a disposição dos ministros, a boa vontade dos empresários e a disposição dos trabalhadores de participarem desse processo, a mão do Presidente da República estará sempre disposta para assinar atos que sejam benéficos para o País; e para dar o aperto de mão e o agradecimento a todos aqueles que aqui vieram, tão calorosamente, manifestar confiança no Governo, e o Governo começa a tentar corresponder a essa confiança através das medidas que acabei de tomar.

Muito obrigado.